

Polêmicas com o maoismo

Reagrupamento Revolucionário
Livreto - Primeiro semestre de 2016



Introdução

Janeiro de 2016

Muito se fala dos rachas das correntes trotskistas, mas a verdade é que a pressão da luta de classes atua sobre todas as forças do espectro político e produz dissidências na forma de se pensar e agir. E tais pressões são tão presentes e profundas que afetam até mesmo organizações que operam sob regimes de rígido controle burocrático, como é o caso dos grupos stalinistas. O presente livreto é dedicado ao maoísmo, corrente que constitui uma variação do stalinismo – o qual, segundo as análises de Leon Trotsky, constituía a *expressão política dos interesses materiais da burocracia soviética*.

A experiência da Terceira Revolução Chinesa teve diversas particularidades em relação à Revolução Soviética e o Estado operário burocraticamente deformado da República Popular da China uma existência para além de mero satélite de Moscou. Portanto, não é de se espantar que a casta governante de Pequim tenha desenvolvido algumas ideias próprias e, a partir de determinado momento de sua existência, lutado por elas ao ponto de rachar os partidos comunistas mundo afora e criar uma rede internacional de partidos alinhados a si.

Não obstante as diferenças entre maoistas e outros tipos de stalinistas – como o “revisionismo krushevista” tão criticado por Mao – os artigos que se seguem demonstram que aqueles tem por pilares fundamentais a mesma estratégia *etapista*, o mesmo programa de caráter *nacional reformista* e, conseqüentemente, a mesma prática de *colaboração de classes* do stalinismo “clássico” e daquele que se seguiu à morte de Stalin. Pois, no fundo, são todos “expressões políticas dos interesses materiais” de castas burocráticas que visava(m) defender seus privilégios.

Depois da morte de Mao, em 1976, a burocracia governante da República Popular da China se dividiu em duas alas. Uma delas, o “Bando dos Quatro”, reivindicava toda a trajetória do “Grande Timoneiro” (inclusive os projetos econômicos desastrosos como o Grande Salto Adiante). Outra, formada ao redor de Deng Xiaoping, vaticinava a necessidade de reformas econômicas de abertura parcial ao capitalismo. Após a vitória dessa última, o conjunto de Partidos Comunistas associados ao governo da China, que haviam rompido com as organizações que seguiam o governo da URSS pós-Stalin entrou em crise. Parte desses partidos seguiu apoiando o governo chinês (e essa corrente praticamente desapareceu nos dias de hoje). Um grupo passou a apoiar o governo da Albânia, dirigido por Enver Hoxha, que se opunha tanto à URSS quanto ao giro dos chineses. E ainda alguns grupos passaram a reivindicar uma orientação maoista “independente”.

Os maoistas do jornal *A Nova Democracia*

Ao realizarmos a crítica histórica e programática do maoísmo ao longo deste livreto, nos focamos na principal

expressão atual dessa corrente no Brasil – o jornal *A Nova Democracia* (AND) e as frentes e militantes que se organizam ao seu redor. AND se inspira nas formulações da “Fração Vermelha” do Partido Comunista do Peru (o grupo Sendero Luminoso) e na figura de seu líder histórico, o “Presidente Gonzalo” (Abimael Guzmán). O Sendero Luminoso foi uma dessas organizações que seguiu uma orientação maoista independente. Segundo AND, “Gonzalo” teria sido responsável por sintetizar os supostos “*gigantescos aportes do Presidente Mao como maoísmo, como nova, terceira e superior etapa do desenvolvimento do marxismo*”, dando origem ao que chamam esdruxulamente de “*marxismo-leninismo-maoísmo-Pensamento Gonzalo*” (120 anos do nascimento do Presidente Mao Tse-tung, Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo, AND n. 124, de janeiro de 2014).

Foi o PCP dirigido pelo “Presidente Gonzalo” que formulou muitas posições defendidas hoje pelos maoistas brasileiros e que não se encontram sequer no pensamento de Mao, muito menos no leninismo. Um exemplo é a rejeição por princípio em se utilizar das eleições burguesas como tática de denúncia do capitalismo, que AND usa como critério para se diferenciar do restante da esquerda marxista. O Sendero Luminoso também tinha uma forte tendência gangsterista e cometia atos de violência (incluindo assassinatos) contra adversários políticos na esquerda peruana, como militantes do grupo guerrilheiro Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) e sindicalistas. Nem é preciso mencionar o forte culto à personalidade de Gonzalo. AND reivindica, portanto, uma variante particularmente degenerada do maoísmo, conforme ficará mais claro pelas críticas que se seguem.



Índice

Qual revisionista veio primeiro: Krushev ou Stalin? (RR, 2014) (p. 04)

O significado histórico da “Nova Democracia” maoista (RR, 2015) (p. 11)

Os maoístas brasileiros e Leonel Brizola: um caso de amor (RR, 2015) (p. 14)

O Mito do “Terceiro Período” (TBI, 1987) (p. 17)

Reagrupamento Revolucionário

Site: rr4i.org

Email: reagrupamento.revolucionario@gmail.com

Caixa Postal: 50048, RJ, CEP 20050-971

Os maoístas de A Nova Democracia e o mito do “revisionismo moderno”

Qual revisionista veio primeiro: Kruschev ou Stalin?

Marcio Torres, outubro de 2014.



Conferência de Yalta (fevereiro de 1945), onde Stalin se sentou junto aos gerentes de turno do capital imperialista e com eles dividiu o mundo em zonas de influência, visando uma “coexistência pacífica” entre a URSS e os mesmos – às custas da revolução mundial.

Nós do **Reagrupamento Revolucionário** publicamos recentemente um documento histórico da antiga seção brasileira da Quarta Internacional, o **Partido Socialista Revolucionário**. Na introdução que preparamos para tal material, afirmamos que “*A denúncia do PSR da política de colaboração de classes de Prestes coloca em cheque o balanço histórico que muitos stalinistas atuais fazem do PCB. Aqueles que imaginam alguma suposta integridade política do partido ao longo de sua história, ao se depararem com as críticas trotskistas feitas tanto pelo PSR quanto por seus predecessores, encontrarão sérias dificuldades em sustentar tal mito*” (**Dos arquivos do trotskismo brasileiro – o Partido Socialista Revolucionário, junho de 2014, na p. 16 desta edição**).

Das correntes que se reivindicam enquanto “herdeiras” do PCB, a maioria sequer faz questão de reivindicar um suposto passado revolucionário do partido (tamanho a sua degeneração) ou então não apresenta um balanço público coerente com o qual possamos dialogar (veja o **APÊNDICE** ao fim deste artigo). Dentre os stalinistas brasileiros, os que apresentam a análise mais elaborada acerca do passado do PCB são os maoístas agrupados em torno do jornal **A Nova Democracia** (AND) e que atuam em diferentes frentes

políticas – a mais conhecida das quais é o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR).

Os maoístas brasileiros dizem lutar para refundar um PCB “das origens”, supostamente detentor de uma trajetória coerente e revolucionária e que teria sido destruído em meados da década de 1950 pelo que chamam de “revisionismo moderno”. Através de suas publicações, eles apresentam *de forma retrospectiva* diversas críticas à direção do PCB no pós-Segunda Guerra, algumas das quais similares às realizadas pelos trotskistas brasileiros *na época*, como no artigo que publicamos em nosso Arquivo Histórico – fundamentalmente, a crítica do PSR à política pacifista e de colaboração de classes de “unidade nacional” com Vargas, em prol da “democracia” (burguesa) e do desenvolvimento do capitalismo “nacional”.

Para AND, foi apenas com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), portanto após a morte de Stalin, que se consolidou uma linha **pacifista e de conciliação de classes** no seio do movimento comunista internacional, expressas em tais posições do PCB. O balanço que fazem do desenvolvimento do revisionismo sinteticamente encara que:

“O XX Congresso [do PCUS]

aprovou teses sobre o término da guerra imperialista e o advento da transição pacífica ao socialismo. Apesar de o XX Congresso ter sido bem recebido por diferentes partidos comunistas onde o oportunismo estava cristalizado, quadros dirigentes e intermediários em todo o mundo saíram em defesa do Socialismo e de Stálin na maior luta ideológica da história.”

— ***O desvio de direita no Partido Comunista do Brasil – Parte I. AND n. 17, de março de 2004.***

Em relação ao Brasil, encaram que a “Declaração de Março de 1958” foi a responsável pela degeneração definitiva do PCB. Os maoístas apontam que:

“as siglas PCdoB e PCB, bem como outras como PCR, PCML, PPS, PSB, isso para não falar do leque de organizações trotskistas, fundem-se num programa único, cujos fundamentos estão expressos e desenhados na ‘Declaração de Março de 1958’, primeira síntese do revisionismo kruschevista e contemporâneo em nosso país. Toda decrepitude que atingiram essas diferentes siglas que se reivindicam comunistas, socialistas e revolucionárias e cuja expressão maior e mais evidente é o papel desempenhado pelo PCdoB, nada mais é do que a concretização, em seus últimos termos, da declaração acima referida”.

— ***Décadas do predomínio do revisionismo e a necessidade do partido marxista-leninista. AND n. 88, de abril de 2012.***

Os autointitulados “antirrevisionistas” reivindicam (criticamente) a batalha interna de quadros do PCB, como João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois e sua ruptura de 1962, que originou o PCdoB, afirmando o caráter “revisionista” da política adotada pelo PCB desde então:

“Umabismoseparavacomunistaserevisionistasdesde a preparação do V Congresso do PCB, realizado em 1960, onde os revisionistas encabeçados por Prestes saem vitoriosos consagrando as teses oportunistas e contrarrevolucionárias, sob o manto kruschevista do anti-stalinismo. O Partido Comunista passa a pregar o colaboracionismo aberto com a burguesia, num servilismo nunca antes visto em sua história.”

— ***O desvio de direita no Partido Comunista do Brasil – Parte I. AND N. 17, de março de 2014.***

Entretanto, os maoístas omitem a ligação entre as posições oportunistas do PCB e de outros Partidos Comunistas e aquelas adotadas na mesma época (assim como em todo o período precedente) pela liderança de Stálin e pelo Partido Comunista da União Soviética por ele liderado, como se estes estivessem em mundos completamente diferentes.

Essa leitura falsa é feita para encaixar com a análise que o maoísmo fez da história da União Soviética, segundo a qual foi apenas a partir do XX Congresso do PCUS e da publicação do *Relatório Krushev* que o “revisionismo” teria vencido a suposta “ortodoxia”, levado ao abandono dos princípios revolucionários e provocado a restauração do capitalismo na URSS (que teria se tornado um país “social-imperialista” como num passe de mágica).

A linha formulada pela burocracia russa teria então sido difundida ao redor do mundo, transformando o que os maoístas chamam de “movimento comunista internacional” (a Internacional Comunista já havia sido dissolvida por ordem do próprio Stálin) em um mero braço da diplomacia externa “revisionista” da URSS. Dessa forma, a política dos partidos comunistas teria se tornado uma moeda de troca nas negociações traiçoeiras do Kremlin com a burguesia imperialista e suas sucursais nacionais.

Mas para os trotskistas, defensores dos princípios marxistas que desde 1924 já se colocavam de forma organizada em oposição à deturpação do bolchevismo pela direção do PCUS e pela Internacional Comunista estalinizada, as posições kruschevistas pós-XX Congresso não foram nenhuma novidade. Na verdade, elas possuem uma ligação íntima com as posições formuladas por Stálin e seus seguidores.

Para os maoístas de AND, seria fatal reconhecer a verdadeira origem de tal “revisionismo”. De acordo com sua caracterização, apenas nas décadas de 1950-60 o PCB havia se desviado definitivamente do caminho revolucionário que supostamente vinha seguindo. Isso os faz enxergar na fundação do PCdoB o resgate (parcial) do “PCB das origens”, a partir da crítica ao “revisionismo kruschevista” e do seu alinhamento com o Partido Comunista Chinês liderado por Mao Tse-tung. Entretanto, se fossem coerentes com suas críticas às posições-chave dos “revisionistas”, perceberiam que a maior parte das posições que criticam em Krushev (pacifismo e disposição em coexistir com o imperialismo, conciliação de classes, adaptação à democracia burguesa, etc.) são uma *continuidade direta* das posições desenvolvidas por Stálin. Ao defender o legado deste, precisam incorrer em falsificações e silêncios gravíssimos – caso contrário, seriam forçados a reconhecer que o stalinismo é que é um revisionismo em relação às posições Bolcheviques.

Stálin: pai e precursor do “revisionismo moderno”

Os maoístas dizem combater a tese kruschevista da “coexistência pacífica” da URSS com o imperialismo, conforme delineada no XX Congresso do PCUS. Essa tese defende que:

“Para fortalecer a paz em todo o mundo teria uma importância enorme o estabelecimento de firmes relações de amizade entre as duas maiores potências: a União Soviética e os Estados Unidos da América. Consideramos que, se as relações entre a URSS e os Estados Unidos se baseassem

nos conhecidos cinco princípios da coexistência pacífica, isso teria uma importância enorme para toda a humanidade e, como é natural, seria tão benéfico para o povo dos Estados Unidos como para os povos da URSS e dos demais países. Estes princípios — respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não-agressão, não-ingestão nos assuntos internos de outros países, igualdade e vantagens mútuas, coexistência pacífica e colaboração econômica — são hoje compartilhados e apoiados por uns vinte países.”

— N.S. Krushev, *Informe sobre a Atividade do CC do PCUS ao XX Congresso do Partido*, março-junho de 1956.

Mas não é verdade, como defendem tão apaixonadamente os supostos “antirrevisionistas”, que essa tese contrarrevolucionária da “coexistência pacífica” entre a URSS e as potências imperialistas tenha sido criação de Krushev. Vejamos, por exemplo, duas reveladoras entrevistas concedidas pelo suposto “grande dirigente comunista Josef Stalin” (conforme o chama AND) após o término da Segunda Guerra Mundial.

Em dezembro de 1946, o jornalista Elliott Roosevelt entrevistou Stalin no Kremlin. Entre as doze perguntas feitas, consta a seguinte, seguida de uma resposta que os maoístas de AND deveriam caracterizar como intrinsecamente “revisionista” caso fossem coerentes em seu balanço da história do movimento comunista:

“Entrevistador: Você acredita que é possível para uma democracia como a dos Estados Unidos conviver neste mundo *de forma pacífica* lado a lado com uma forma comunista de governo como a da União Soviética, e *sem tentativas de qualquer uma das partes em interferir com os assuntos políticos internos da outra?*”

“Stalin: *Sim, é claro*. Isso não é apenas possível. É também sábio e inteiramente dentro das possibilidades de concretização. Nos momentos mais enérgicos da guerra, as diferenças nas formas de governo não impediram as nossas duas nações de se unirem e exterminarem nossos adversários. *É ainda mais possível continuar essa relação em tempos de paz.*”

— *Entrevista com Elliott Roosevelt*, 21 de dezembro de 1946. Tradução e grifo nossos.

Em outra ocasião, no ano de 1947, o jornalista Harold Strasser perguntou a Stalin se era possível que os sistemas dos EUA e da URSS, um “com o Partido Comunista e sua economia planejada e propriedade coletiva socializada” e o outro “com seu mercado livre e com capitalismo privado regulado”, pudessem “existir juntos no mesmo mundo moderno, *em harmonia um com o outro*”. Ao que Stalin respondeu de forma bem direta:

“*É claro que eles podem*. A diferença entre eles não é importante para a questão da cooperação. Os sistemas da Alemanha e dos Estados Unidos são os mesmos, mas a guerra eclodiu entre eles. Os sistemas da URSS e dos EUA são diferentes, mas nós não travamos uma guerra entre nós, e a URSS não propõe algo assim. Se eles puderam cooperar durante a guerra, porque eles não podem fazê-lo hoje, sob a paz, dado o *desejo por cooperação?* [...]”.

— *Entrevista com Harold Stassen*, 09 de abril de 1947. Tradução e grifo nossos.

Portanto, para aquele a quem AND considera um expoente da ortodoxia revolucionária era não só possível, *como desejável*, que as conquistas da Revolução de Outubro (a coletivização dos meios de produção e a supressão da anarquia de mercado via planejamento) convivessem *de forma harmônica e pacífica* com a escravidão assalariada, a “democracia” dos ricos e a penúria e sofrimento de milhões de proletários ao redor de todo o globo. Lenin tinha uma visão bastante diferente sobre a possibilidade de coexistência do regime soviético com o imperialismo. Em 1920, ele escreveu:

“Nós passamos agora da arena da guerra para a arena da paz e nós não nos esquecemos de que a guerra virá novamente. Enquanto o capitalismo e o socialismo permanecerem lado a lado, *nós não podemos viver pacificamente – um ou o outro vencerá no final*. Um obituário será lido ou sobre a morte do capitalismo mundial ou sobre a morte da República Soviética. No atual momento, nós temos apenas uma pausa na guerra!”

— *Escritos*, Vol. XVII. 27 de novembro de 1920. Grifo nosso.

Não à toa, a Internacional Comunista fora dissolvida em 1943 pelos carrascos stalinistas. Não porque ela “cumprira seu papel” ou porque “a maior complexidade



e diversidade da situação política e das tarefas em cada país já não correspondiam aos métodos e formas existentes”, como afirmam os maoístas (*Vitória sobre o nazi-fascismo, Conferência da Mantiqueira e as ilusões constitucionais, AND N. 82, outubro de 2011*). O motivo foi que a existência de um instrumento internacional que antes amedrontara todos os burgueses da face da terra (ainda que depois de ser corrompido pela burocracia stalinista) se colocava enquanto verdadeiro empecilho para a política externa diplomática do Kremlin.

Conforme demonstram as declarações de Stalin, seu representante-mor, os burocratas soviéticos estavam mais preocupados em tentar garantir a manutenção de seus privilégios via *conciliação* com as potências imperialistas do que interessados na emancipação das classes oprimidas pelo capital. E ainda assim, esses senhores possuíam a pachorra de se reivindicarem “herdeiros” dos Bolcheviques que, durante os primeiros anos da república dos *soviets*, estavam dispostos a colocar em risco até mesmo a conquista do poder na Rússia caso isso permitisse expandir mundialmente a revolução proletária.

Foi essa linha *pacifista* a nível internacional frente ao inimigo imperialista, *formulada pelo próprio Stalin*, que determinou a linha da ala prestista do PCB, caracterizada pela AND enquanto “revisionista”. Essa ala nada mais estava fazendo do que defendendo uma expressão nacional do pacifismo e da colaboração de classes propagado pela diplomacia externa de Moscou.

Colaboracionismo aberto com a burguesia

Um dos mais infames pontos da Declaração de Março de 1958 do PCB, criticada pela AND, é a “Frente única e a luta por um governo nacionalista e democrático” em aliança com a burguesia brasileira para supostamente combater o imperialismo:

“O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios. (...)”

“Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir as liberdades democráticas.”

— *Declaração sobre a Política do PCB, março de 1958.*

Como já havíamos apontado em nossa introdução ao artigo dos trotskistas brasileiros do PSR, os maoístas dizem combater a política de “união nacional” das supostas “forças progressistas”, o que implicam uma aliança com a burguesia nacional (a qual na realidade não é capaz de nenhum desenvolvimento “progressivo” para os trabalhadores e camponeses):

“Com a Declaração de Março de 1958, ficará clara a unidade entre as posições de Barata e de Prestes. Barata [membro do Comitê Central do PCB] defendia a necessidade de ‘lutar para dar à nossa Pátria um governo nacionalista, democrático e progressista, que seja a expressão das forças integrantes de um amplo movimento patriótico’. Na Declaração de Março de 1958, esta questão aparece da seguinte forma: ‘A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil’. Isto para estabelecer um ‘governo nacionalista e democrático’ através da conquista de espaços, da luta pacífica e das eleições.”

— *A cisão de 1962 e a luta pelo partido marxista-leninista. AND n. 84, de dezembro de 2011.*

Mas os stalinistas começaram a propor governos de colaboração com a burguesia muito antes de 1956 (ou 1958) e do suposto advento do “revisionismo moderno”. Essa é a essência da política de “Frente Popular” desenvolvida pelos partidos da Internacional Comunista depois do flerte esquerdista do “Terceiro Período” (1929-34). Uma das principais tarefas do movimento da classe trabalhadora nessa época era esmagar a ameaça do fascismo que se colocava em muitos países. Os trotskistas defendiam uma política de unidade das forças do movimento operário em uma forte campanha para derrotar os bandos fascistas de forma independente da burguesia.

A aplicação da política de frente única, nos moldes da tática aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, permitiria enfrentar a escória fascista em unidade com os operários socialdemocratas, anarquistas ou sem filiação partidária ao mesmo tempo em que se expunha o reformismo ou a vacilação oportunista das suas lideranças. Isso não só alcançaria a defesa dos direitos políticos dos trabalhadores como também forneceria aos comunistas a experiência política e autoridade necessárias para uma futura ofensiva contra o Estado burguês.

Enquanto na época do “Terceiro Período” os stalinistas insistentemente se recusaram a *qualquer tipo* de unidade na luta com outras organizações do movimento operário (a teoria de que os partidos socialdemocratas eram “social-fascistas”), depois do choque da chegada de Hitler ao poder na Alemanha, a *Comintern* passou a pregar a subordinação do movimento operário à democracia burguesa,

priorizando a tentativa de alianças com setores burgueses para combater o fascismo – um verdadeiro giro de 180°.

O documento lido por Gregori Dimitrov e aprovado pelo VII Congresso da Internacional Comunista estalinizada (1935) o demonstra muito bem, ao defender que era uma prioridade para os Partidos Comunistas formar alianças políticas entre o movimento operário e partidos burgueses populistas, apontando que “*Sob certas condições, nós podemos e nós devemos focar nossos esforços na tarefa de trazer esses partidos e organizações, ou certas partes deles, para o lado da frente popular antifascista, apesar da sua liderança burguesa.*” (Grifo nosso). Dimitrov também reivindicou o desejo de apoiar um “governo democrático e progressista” (burguês) na França:

“E se na França o movimento antifascista levar à formação de um governo que irá travar uma verdadeira guerra contra o fascismo francês – não em palavras, mas em atos – e que irá carregar o programa das demandas da Frente Popular antifascista, os Comunistas, ao mesmo tempo em que permanecerão os adversários irreconciliáveis de todo governo burguês e defensores de um governo soviético, irão, não obstante, em face ao crescente perigo fascista, *estar preparados para apoiar tal governo.*”
— *Relatório Principal ao VII Congresso da Internacional Comunista, Gregori Dimitrov, 2 de agosto de 1935. Grifo nosso.*

Assim, quando Prestes e seus aliados no Comitê Central do PCB defenderam a aliança com Vargas e os setores supostamente “progressistas” da burguesia brasileira (conforme denunciado no artigo do PSR que reproduzimos), eles nada mais estavam fazendo do que sendo coerentes com a linha “antifascista” e “pró-democracia” (burguesa) delineada pela IC em seu último congresso, bem como com a declaração de Stalin no pós-guerra, de que era tempo de “convivência pacífica e harmônica” com o capitalismo.

Mas o relatório de Dimitrov foi apenas uma declaração tímida da disposição dos stalinistas em sustentar a ordem burguesa. Vejamos esse discurso do dirigente do Partido Comunista Espanhol, José Dias, proferido ao CC de tal partido em meio à situação revolucionária no país e publicado em 1937 no órgão da Internacional Comunista – portanto, aprovado e endossado por sua liderança supostamente revolucionária. Nele, Dias defende a renúncia à ditadura do proletariado e à expropriação revolucionária da burguesia e latifundiários, em nome de uma luta “ampla” em prol da democracia burguesa parlamentar e em unidade com os patrões “progressistas”, colocando assim limites definidos à luta e classes no Estado Espanhol:

“Estamos vivendo na Espanha um estágio de desenvolvimento da *revolução democrática*, cuja vitória exige a participação de todas as forças

antifascistas e esses ensaios [de ‘socialização’ de fábricas e terras] só podem servir para assustar e afastar essas forças. (...) Estas posições anteriores explicam como o fato de não se haver compreendido claramente o caráter de nossa luta está levando organizações e partidos simpáticos ao nosso a adotarem atitudes extremistas que em nada beneficiam a causa do povo, pois ao invés de nos levar rapidamente à vitória, entorpecem grandemente a conquista desta. A estas posições erradas correspondem esses ensaios prematuros de ‘socialização’ e ‘coletivização’.”

(...)

“Hoje, quando há um governo de Frente Popular, em que estão representadas todas as forças que lutam contra o fascismo, isto não é aconselhável, mas *contraproducente*. Agora, deve-se coordenar e intensificar rapidamente a produção, sob uma única direção, para abastecer toda a frente e a retaguarda. Persistir agora nesses ensaios vai contra os interesses que se disse defender. Lançar-se a esses ensaios prematuros de ‘socialização’ e de ‘coletivização’, quando ainda não está decidida a guerra, em momentos em que o inimigo interior, ajudado pelo fascismo exterior, ataca fortemente nossas posições e põem em perigo a sorte de nosso país, é absurdo e equivale a converter-se em cúmplice do inimigo. Tais ensaios revelam a incompreensão do caráter da nossa luta, *que é a luta em defesa da república democrática, na qual podem convergir todas as forças populares, inteiramente necessárias para se ganhar a guerra.*”

— *Por la unidad, hacia la victoria. Valença, 05-08 de março de 1937. Tradução e grifo nossos.*

Tais forças “populares” incluiriam os empresários e advogados do Partido Liberal no governo de coalizão burguês. Temos aqui um exemplo de como a Internacional Comunista de 1935 (dirigida pelo PCUS de Stalin) endossou a supressão da luta de classes em seu grau mais elevado,



Mao e Nixon: contra o “revisionismo” do Kremlin, a aliança com o colosso imperialista.

quando trabalhadores e camponeses armados lutavam pela expropriação da burguesia, em troca de um “governo de unidade nacional” (Frente Popular) com setores da burguesia. É preciso lembrar que, apesar da disposição de colaborar dos stalinistas, a maior parte da burguesia espanhola se aliou com os fascistas. A maior traição que um partido supostamente “comunista” pode realizar em uma época de revolução socialista, que é conciliar com os interesses da burguesia – a ponto de estar em um governo “unitário” com ela – tem suas origens não em Krushev ou em “desvios” de Prestes, mas na própria política difundida pela *Comintern* de Stalin.

Artimanha maoísta: colocar toda a culpa nos capatazes de Stalin

Como a história não se submete às demandas políticas de *A Nova Democracia*, eles são forçados a reconhecer que posições oportunistas já existiam no seio do movimento comunista *anteriormente* ao XX Congresso do PCUS. No Brasil, elas teriam se expressado, por exemplo, na forma de um “liquidacionismo” à época da Conferência da Mantiqueira (1943), responsável por refundar o PCB após este ter sido desarticulado pela repressão varguista posterior a 1935.

Segundo a leitura dos maoístas, nessa época “o PCB é tomado pela falsa ideia de que, com a situação de vitória sobre o fascismo e a atmosfera democrática criada com o fim da guerra, abri-se a possibilidade para uma transição pacífica no mundo” e, assim, sua “nova direção cairá nas ilusões constitucionais e lançará a palavra de ordem ‘Constituinte com Vargas’” (posição essa que apenas os trotskistas brasileiros do PSR combateram na época). Da mesma forma, apontam que:

“O balanço superficial de 1935, tomado como um erro de tipo golpista, e a entrada do Brasil na guerra levam a direção do PCB a mudar a caracterização do governo Vargas, passando a considerá-lo um representante da ala ‘progressista’ da burguesia nacional, sendo um aliado da classe operária e cabendo ao partido apoiar setores progressistas no governo através da política de ‘União Nacional’.”
— *Vitória sobre o nazi-fascismo, Conferência da Mantiqueira e as ilusões constitucionais*. AND N. 82, outubro de 2011.

Internacionalmente, os maoístas encaram que esse revisionismo vinha se mostrando em diversos dirigentes dos Partidos Comunistas pelo mundo. Dão particular destaque ao dirigente do Partido Comunista dos Estados Unidos de 1934 até 1945, Earl Browder, ao dizer que “*Nele já estavam contidos os principais elementos do revisionismo moderno, que logo foi desenvolvido por Tito na Iugoslávia, Togliatti na Itália, Thorez na França, sendo finalmente sistematizado por Krushev no XX Congresso do PCUS, em 1956*”.

É inegável o papel cumprido por Browder na

liderança do PC americano. Ele propôs uma “transição pacífica” do capitalismo ao socialismo, defendeu a supressão de greves contra o governo americano que fossem atrapalhar o esforço de guerra imperialista, apoiou o governo Roosevelt, defendeu as tropas americanas na guerra contra outras potências (como o Japão), dissolveu o partido numa frente de cunho pacifista, etc. Mas AND tenta apagar a responsabilidade de Stalin, como se todas essas posições tivessem sido invenção de Browder. A crítica feita a Prestes e a Browder, por exemplo, parece ignorar o fato de que estes eram representantes da Internacional Comunista controlada pelo dirigente soviético. Vejamos um exemplo da crítica feita por AND a Prestes e ao PCB nos anos 1940:

“Já em 1944 o PCB substituiu a consigna revolucionária de 1935 de ‘Todo poder à ANL’ pela oportunista de ‘*União Nacional na Paz e na Guerra*’. A mesma de Browder, logo substituída por ‘*União Nacional para a Democracia e o Progresso*’.”
— *Vitória sobre o nazi-fascismo, Conferência da Mantiqueira e as ilusões constitucionais*. AND N. 82, outubro de 2011. Grifo nosso.

Agora comparemos as palavras de ordem de Prestes e de Browder com aquela defendida por Stalin no mesmo ano. Em novembro de 1944, quando a guerra estava acabando na Europa, Stalin teve uma conversa particular com o líder do PC Francês, Thorez (outro dirigente que é acusado por AND de ser um “precursor” do revisionismo) na qual o aconselhou a “encontrar aliados” na burguesia francesa (sobretudo na figura do Partido Radical) para “fortalecer a democracia na França” e reconstruir o país em bases capitalistas:

“Deve haver uma plataforma para a organização política. Essa plataforma deve incluir a recuperação da indústria, dar trabalho aos desempregados, a defesa da democracia e a punição daqueles que tentem sufocar a democracia.”
“Então o camarada Stalin diz que não é útil chamar tal bloco de ‘frente’. Nesse caso, o nome poderia lembrar a burguesia da ‘frente popular’. Deve-se achar outro nome. Talvez pudesse se chamar ‘*Movimento para Fortalecer a Democracia na França*’. Se alguém disser ‘Movimento de Luta pela Democracia’, eles poderiam responder que já existe uma democracia na França, que há uma República, etc. Talvez fosse melhor chama-lo de ‘*Movimento pela Reconstrução de uma França Forte e pelo Fortalecimento da Democracia*’. Esse nome certamente é um pouco longo, mas os comunistas franceses podem eles próprios achar um nome melhor. O camarada Stalin explica que ele está apenas dando uma ideia, mas que os comunistas franceses podem achar as formas concretas da

realização da plataforma desse movimento. ***Diz o camarada Stalin que se deve incluir acima de tudo a reconstrução econômica do país e a consolidação da democracia.*** A plataforma deveria ser explicada nesse quadro.”

— ***Notas de uma conversa de J.V. Stalin com o Secretário Geral do CC do Partido Comunista Francês camarada Thorez, 19 de novembro de 1944. Tradução e grifo nossos.***

A semelhança entre as tarefas colocadas por Stalin e por seus capatazes nacionais não era mera coincidência. É verdade que as posições pacifistas de Prestes estavam em consonância com aquelas de Browder, mas não é menos verdade que as posições deste, assim como as de Thorez, Togliatti e Cia. estavam alinhadas com as instruções do próprio Stalin. ***Isso faz cair por terra o mito maoísta de que existiu um movimento revisionista no interior dos Partidos Comunistas sem que Stalin nada tivesse a ver com isso!***

Além disso, uma série de pontas permanece solta na versão maoísta dos fatos. Por exemplo, à época em que teria se expressado “pela primeira vez” o “revisionismo moderno” de Browder, a Internacional Comunista ainda existia. Acaso houve alguma batalha interna entre uma ala supostamente “marxista-leninista” alinhada ao “grande dirigente comunista Josef Stalin” (conforme o chama AND) e esse revisionismo propagado por Browder e outros?

A resposta é ***não***. Browder só perdeu seu posto de dirigente do PC americano ***após*** o fim da guerra (1945), quando o governo norte-americano começou a “caça às bruxas” e rompeu assim a lua de mel firmada pelos stalinistas durante o conflito mundial. Diante dos conflitos internos que envolveram o PC americano em 1945, foi vantajoso para a liderança da *Comintern* colocar sobre Browder a culpa por todos os oportunismos e erros, como uma forma de blindar a sua própria política de colaboracionismo. Mas em 1940-44, enquanto Browder realizava acordos com o governo americano para impedir que ocorressem greves operárias contra o “aliado” imperialista da URSS, e dava apoio eleitoral a Roosevelt, Browder contava com o pleno apoio da liderança soviética.

A própria dissolução organizativa do Partido Comunista realizada por Browder em 1944, na forma de uma “Associação Política Comunista” com o objetivo de deixar claro para a classe dominante americana que eles não seriam um problema, teve como precedente a dissolução (no ano anterior) da *Comintern*, feita com a mesma intenção. Uma vez removido da liderança, Browder foi substituído por William Foster, escolhido por ser um antigo dirigente comunista e fiel seguidor da linha de Stalin. Como forma de deixar claro para uma ala esquerda do PC que a mudança na direção não implicava nenhuma mudança de linha política, Foster publicou um artigo na revista do partido onde afirmava:

“De acordo com esses camaradas, nós estamos

em via de (ou deveríamos fazer isso), denunciar a guerra contra o Japão como imperialista, condenar as decisões [da Conferência] de Teerã como inatingíveis, abandonar a palavra de ordem pela unidade nacional [com o governo Roosevelt], chamar por um governo operário-camponês, desistir do compromisso de não fazer greve durante a guerra (...), levantar a questão do socialismo como um assunto imediato, e adotar de forma geral uma política de classe contra classe (...) ***Nosso partido, até onde sei, não irá seguir por um curso esquerdista como esse.***”

— ***Citado em O Mito do “Revisionismo Browderista”, Workers Vanguard No. 129, 15 de outubro de 1976. Originalmente publicado em Political Affairs, setembro de 1945. Tradução e ênfase nossas.***

De forma que, ou Stalin deu plena sustentação e autoridade a esses líderes oportunistas, precisamente porque estes seguiam a política que era ordenada desde Moscou, ou então o dirigente soviético era um fantoche ingênuo que não tinha a menor ideia do que se passava na política dos Partidos Comunistas pelo mundo. Somente alguém disposto a acreditar em contos de fadas poderia escolher a segunda alternativa.

No artigo do PSR que recentemente reproduzimos, os trotskistas brasileiros criticam de forma bem direta a política de paz com o imperialismo, e mostram como ela era ditada desde Moscou por Stalin e sua camarilha. Esse artigo data de muitos anos antes da ruptura de Grabois, Pomar e Cia. reivindicada pelos maoístas e, conforme os trotskistas brasileiros de então apontaram, tal política não era invenção da “ala prestista” do PCB, mas baseada na ideia absurda de “desenvolvimento pacífico” após a derrota das potências fascistas. Prestes e Cia. apenas seguiam à risca a política de Moscou:

“O falso radicalismo pequeno-burguês do chefe do P.C.B. não consegue sequer mascarar o abandono total do marxismo pelo antigo capitão da ‘Coluna Prestes’. As fontes de sua linha geral são visíveis. ***A orientação ‘tático-estratégica’ do P.C.B. emana da afirmativa de Stalin de que ‘terminou o período de guerra, e começou o período do desenvolvimento (!) pacífico’.*** Essa constatação do mágico do Kremlin bastou para que seus satélites no mundo todo se apressassem em lançar ao desvão das coisas imprestáveis até mesmo a fraseologia pseudorrevolucionária.”

— ***O momento político e a posição do Partido Socialista Revolucionário, julho de 1945. Originalmente publicado no Diário Carioca.***



O significado histórico da “Nova Democracia” maoista

Por Marcio Torres e Rodolfo Kaleb, novembro de 2015.



Mao, o embaixador norte-americano Patrick Hurley e Chiang Kai-shek durante as negociações de paz realizadas em meados de 1945, para por fim à guerra civil entre o PC e o regime burguês do Kuomintang. Stalin era altamente favorável ao encerramento do conflito, para evitar atritos com os EUA.

O maoismo, seguindo sua herança stalinista, historicamente defendeu a realização de alianças políticas com setores da burguesia para supostamente defender interesses dos trabalhadores. A condução da terceira revolução chinesa, na qual o Partido Comunista Chinês liderado por Mao chegou ao poder, foi um episódio efêmero de rompimento político com a burguesia, na figura do partido nacionalista Kuomintang (KMT), uma aliança que havia sido proposta pelo Kremlin nos anos da segunda revolução chinesa (1925-27) e que foi retomada a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935.

Mao (impelido pelas pressões conjunturais da crise em curso na China do pós-guerra) representou uma *aladissidente* dentro do PC Chinês, oposta às orientações da Comintern de Stalin. Ao levar o partido a romper com sua proposta de um governo conjunto com o Kuomintang e tomar a estrada rumo à conquista independente do poder, Mao e seus aliados estavam indo empiricamente contra a política oficial, que submetia o proletariado aos interesses dessa fração da burguesia.

Em momento algum as teses aprovadas no VII (e último) Congresso da Internacional Comunista, apontaram a necessidade da tomada do poder pelas massas populares de forma independente. Ao contrário, elas defendem a submissão dos trabalhadores à burguesia “democrática”. Ao tratar da situação chinesa, a Internacional Comunista dirigida por Stalin foi muito clara em definir como se deveria aplicar a linha do Congresso:

“A questão hoje na China não é de sovietação, mas de impedir o povo chinês de ser devorado pelo

imperialismo japonês. É necessário unir largas forças do povo chinês na luta contra a agressão japonesa para que se mantenha a independência, liberdade e integridade do povo chinês. E aqui o partido deveria – e no geral ele o fez – fazer a transição para a posição de luta não pela sovietação da China, mas pela democracia, pela unificação das forças do povo chinês sob uma base democrática contra o imperialismo japonês, contra a agressão japonesa.”

— *Discurso na reunião do Secretariado do Comitê Executivo da Internacional Comunista* (inglês), Gregori Dimitrov. 10 de agosto de 1937.

<https://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1937/china1.htm>

Nós concordamos plenamente que o imperialismo é o “maior inimigo dos povos” e derrotar uma invasão militar promovida por um país imperialista é uma tarefa de caráter prioritário. Na luta para repelir uma agressão imperialista, os trotskistas sempre defendemos incondicionalmente a nação oprimida, tomando *adefesa militar* daqueles dispostos a resistir ao imperialismo – inclusive se for o governo burguês do país atacado.

Entretanto, uma posição de defesa militar não implica nenhuma forma de comprometimento *político*. Não confiamos que nenhum setor da classe dominante, que frequentemente realiza acordos econômicos e políticos com os imperialistas, vá resistir de forma consequente a seus amos. Associar diretamente a resistência militar dos comunistas contra o imperialismo ao programa de

construção de uma “democracia” burguesa *em oposição* às tarefas de “sovietização”, ou seja, de construção de um poder independente, é uma traição às possibilidades da luta do proletariado.

Esse foi o significado da política traidora de “Frente Popular”, adotada pela Comintern dirigida por Stalin (a quem os maoístas seguem idolatrando), que não só submeteu os Partidos Comunistas do mundo todo a um programa de manutenção do capitalismo, impedindo assim o avanço da luta de classes e da consciência revolucionária do proletariado (chegando a fins trágicos, como na Espanha), como chegou mesmo a *reverter* posições já conquistadas:

“E agora as discussões e conversas com o Kuomintang e com Chiang Kai-shek estão em curso. Nosso partido está pronto e já tomou os primeiros passos rumo a transformar e reconstruir na prática as regiões soviéticas, de soviéticas a serem democráticas, onde o governo Soviético é transformado em governo de uma Região Especial, e o Exército Vermelho está sendo transformado não em Exército Vermelho dos Soviotes, mas enquanto parte conjunta do exército anti-imperialista de todos os chineses etc.”.

— *Idem.*

Ou seja, não bastasse a submissão política à ordem capitalista, a IC ainda exigiu que o PC Chinês entregasse o poder em áreas onde havia obtido controle militar através de seu braço armado e, mais gritante ainda, exigiu que este se dissolvesse dentro da coalização burguesa de Chiang e submetesse seu exército às ordens e disciplinas do exército “democrático” e “antifascista” (burguês) do mesmo senhor que massacrava os operários chineses de Cantão, na revolta de 1927.

Se o PC Chinês conseguiu chegar ao poder, isso não foi fruto de uma política acertada, mas sim da ruptura pela força dos fatos com as orientações traidoras da liderança soviética à época, ocorrida por conta de uma enorme pressão objetiva: massas (principalmente camponesas) mobilizadas e extremamente radicalizadas de um lado, e uma burguesia “nacional” submissa e dependente do imperialismo do outro, esfacelada e sem apoio das grandes potências. Entre a cruz e a espada, essa ala do PC chinês se desvencilhou da burguesia e, indo contra as orientações da liderança de Stalin, se apoiou nos camponeses para tomar o poder.

Mas a orientação política de Mao, antes e depois da vitória do Exército camponês contra Chiang, foi de conciliação com interesses burgueses e de construção de uma “Nova Democracia”. E o que significa tal regime? O próprio Mao nos responde:

“No curso da sua história, a revolução chinesa deve passar por duas etapas, primeiro a revolução democrática, e segundo, a revolução socialista, e por suas próprias

naturezas elas são processos revolucionários distintos. Aqui a democracia não pertence à velha categoria – não é a velha democracia, mas pertence à nova categoria – é a Nova Democracia.”

“Sem dúvida, *a presente revolução é a primeira etapa*, que vai desenvolver a segunda etapa, a do socialismo, em uma data posterior. E a China vai atingir a verdadeira felicidade apenas quando ela entrar na era socialista. Mas hoje não é ainda o tempo de introduzir o socialismo. A presente tarefa da revolução na China é lutar contra o imperialismo e o feudalismo, e *o socialismo está fora de questão* até que esta tarefa esteja completada. A revolução chinesa não pode evitar passar por duas etapas, primeiro de Nova Democracia e então a do socialismo. Além do mais, *a primeira etapa vai precisar de um tempo bastante longo* e não pode ser cumprida da noite para o dia. Nós não somos utópicos e não podemos nos esquecer das reais condições que nos confrontam.” (Ênfase nossa).

— “*Sobre a Nova Democracia*” (em inglês), janeiro de 1940.

https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_26.htm

Durante todo o período da “frente antijaponesa” (1937-45), a política do PC Chinês foi de colaboração e elogios ao Kuomintang. Foi somente a partir de 1945, com o fim da guerra e o acirramento dos ataques de Chiang contra o PC, que houve uma mudança na política de Mao. A tomada do poder de forma independente pelo Partido Comunista Chinês se deu porque nenhum setor da burguesia jamais esteve disposto a apoiar a construção de uma “Nova Democracia” que encampasse algum enfrentamento com o imperialismo e o latifúndio. Até 1945, Mao afirmou frequentemente o desejo de um governo de coalizão com o Kuomintang e secundarizou a oposição entre os capitalistas e os trabalhadores, prezando pela “união das classes democráticas” acima de tudo.

“É claro que ainda há contradições entre essas classes, notavelmente a contradição entre trabalho e capital, e consequentemente cada um tem suas próprias demandas particulares. Seria hipócrita e errado negar a existência dessas contradições e demandas diferenciadas. Mas ao longo da etapa da Nova Democracia, essas contradições, essas demandas diferenciadas, não vão crescer e transcender as demandas que todos tem em comum e não se deve permitir isso; elas podem ser ajustadas. Dado tal ajuste, essas classes podem juntas cumprir as tarefas políticas, econômicas e culturais do novo Estado democrático”.

...

“Algumas pessoas suspeitam que os comunistas chineses se opõem ao desenvolvimento da iniciativa

individual, o crescimento do capital privado e a proteção da propriedade privada, mas eles estão enganados. É a opressão estrangeira e a opressão feudal que aprisionam cruelmente o desenvolvimento da iniciativa individual do povo chinês, dificultam o crescimento do capital privado e destroem a propriedade do povo. É a própria tarefa da Nova Democracia que nós reivindicamos a remoção desses empecilhos e a interrupção dessa destruição, para garantir que o povo possa desenvolver livremente suas individualidades dentro do quadro da sociedade, e desenvolver livremente tal economia capitalista privada, pois ela vai beneficiar e não ‘dominar a subsistência das pessoas’, e proteger todas as formas apropriadas de propriedade privada.”

— “*Sobre o Governo de Coalizão*” (em inglês), 24 de abril de 1945.

https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-3/mswv3_25.htm

Apesar de tamanha boa vontade, o Kuomintang frequentemente respondeu à proposta do PC com tiros, forçando-o em um momento decisivo a mudar de tática. A completa corrupção e esfacelamento do regime de Chiang ajudaram tal tarefa. A chegada do Partido Comunista ao poder através da derrota militar do Kuomintang levou à fuga da maior parte dos capitalistas chineses para Formosa (Taiwan), o que concretamente impediu os maoistas de realizarem o seu projeto de desenvolver a propriedade privada por um “tempo bastante longo”.

Mas mesmo assim o programa da “Nova Democracia” significou que a China permaneceria ainda durante vários anos cambaleando confusamente entre uma economia formalmente privada e o controle militar burocrático do PC Chinês, impondo fardos desnecessários ao povo, e efetivamente roubando das mãos dos trabalhadores o aprendizado fundamental da administração do poder. Seguindo o regime soviético de Stalin, a República Popular da China se alinhou com o programa de “fortalecimento da democracia” (burguesa) no pós-guerra, contribuindo para o seu isolamento em um mundo ainda dominado pelo imperialismo.

Por que a revolução pôde vencer sob o comando de Mao? Porque mesmo com uma liderança capitulante como a do PC chinês, uma luta de classes ainda é uma luta de classes. A improvável vitória dos camponeses chineses com uma direção que pregara por quase toda a sua existência a colaboração com a burguesia e construção de uma “nova” democracia burguesa significou muitas conquistas sociais, mas elas foram deformadas desde o início pelo desgoverno burocrático e o programa conciliador do Partido Comunista. Ainda assim, passava a ser uma tarefa de todos os marxistas revolucionários defender essas conquistas contra o imperialismo e a restauração capitalista.

Mas o que significa defender hoje o programa da “Nova Democracia”? Significa dizer que “hoje não é ainda o tempo de introduzir o socialismo” e orientar o

proletariado e os camponeses para a construção de um regime burguês em colaboração com setores da burguesia, já que supostamente “essas classes podem juntas cumprir as tarefas políticas, econômicas e culturais do novo Estado democrático”, dentre as quais figura “desenvolver livremente tal economia capitalista privada”.

Essa não é uma visão enviesada, mas a descrição desse programa etapista pequeno-burguês nas próprias palavras do “Grande Timoneiro”. Os marxistas consequentes, que desejam lutar pelo poder da classe trabalhadora, tem o dever de rejeitar esse programa, que é um manual para a derrota. A contradição está inteiramente com aqueles que dizem lutar contra a vil burguesia brasileira e seu patrão imperialista e ainda assim defendem dogmaticamente esse projeto de submissão da classe trabalhadora a uma “Nova Democracia” capitalista.

A teoria da revolução permanente, formulada por Leon Trotsky, é destinada aos que querem fazer triunfar não uma mítica “Nova Democracia”, mas uma revolução proletária autêntica. É um fundamento da teoria marxista que somente a chegada dos trabalhadores ao poder em ao menos vários países avançados é capaz de estabelecer as bases sociais de uma economia socialista no mundo. Mas os trabalhadores dos países atrasados não precisam ficar de braços cruzados esperando a ação de seus irmãos de classe nas grandes potências. Desde já, podem lutar para dar um início à revolução mundial em suas próprias nações, tal qual fizeram os trabalhadores russos em 1917. Além de obter conquistas extraordinárias que nenhum regime burguês poderia algum dia alcançar, a coletivização da propriedade burguesa e o estabelecimento de um poder democrático dos trabalhadores dão um poderoso impulso à revolução mundial.

A burguesia dos países atrasados jamais foi consequente com a defesa dos interesses “nacionais” contra o imperialismo, tampouco ela foi capaz de realizar uma verdadeira libertação nacional, ou de varrer sequer os aspectos mais atrasados do capitalismo periférico. Por seu surgimento tardio em um mercado mundial já repartido, a burguesia colonial ou semicolonial precisou se apoiar nos imperialistas para se estabelecer e jamais sonhou em se tornar independente do capital dos países imperialistas.

Embora certos setores desejem maiores parcelas dos lucros extraídos do proletariado com relação ao montante saqueado pelas remessas ao estrangeiro, o conjunto da burguesia deseja, acima de tudo, estabilidade das condições de exploração e teme mortalmente o potencial revolucionário do proletariado. Para nós, os eventos do século XX, *inclusive a revolução chinesa*, comprovam a tese fundamental da teoria da Revolução Permanente a respeito da burguesia nacional. Afinal, Mao foi incapaz de construir uma “Nova Democracia” após a derrota do imperialismo e (contra suas intenções) foi obrigado a romper completamente com o Kuomintang e estabelecer um Estado proletário deformado.

É evidente que quando há algum processo de resistência parcial de um setor da burguesia, os

trabalhadores devem se utilizar dessa contradição para os seus interesses, defendendo possíveis reformas (como é o caso de nacionalizações de algumas empresas imperialistas ou a rejeição do pagamento do débito com os bancos internacionais) enquanto seguem em oposição a qualquer governo burguês. Para aqueles interessados em conduzir a luta de classes apenas até a construção um regime capitalista em colaboração com uma “ala esquerda”

da burguesia, faz sentido embelezar e elogiar políticos burgueses com retórica radical como possíveis “aliados” dos trabalhadores. Mas para quem quer que as lutas dos trabalhadores evoluam (sem “etapas” de longa duração) para a conquista do poder e até um governo proletário, tal proposta só pode ser rechaçada e os políticos burgueses, expostos pelo que realmente são.



Os maoístas do jornal *A Nova Democracia* e Leonel Brizola: um caso de amor

Originalmente publicado como apêndice a O significado histórico da “Nova Democracia” maoísta. Por Marcio Torres e Rodolfo Kaleb, novembro de 2015.



Ao falar de Leonel Brizola, o jornal *A Nova Democracia* gosta de utilizar a conhecida foto na qual ele aparece de arma em punho, da época da chamada “Campanha da Legalidade”. Todavia, a foto acima, na qual Brizola (de óculos escuros) aparece em comício junto ao caudilho Getúlio Vargas e seu séquito de oligarcas é muito mais representativa do falecido latifundiário e defensor dos interesses burgueses.

Os maoístas agrupados ao redor do jornal “A Nova Democracia” se reivindicam defensores da “Guerra Popular” contra o Estado e, durante as eleições, fizeram uma campanha pelo voto nulo e “boicote” à farsa eleitoral, que é a sua tática costumeira. São críticos constantes do eleitoralismo e oportunismo político de grupos como o PSOL e o PSTU. Isso poderia gerar em muitos companheiros honestos a impressão de que são uma alternativa “revolucionária” a esses grupos.

Mas se os maoístas não estão envolvidos em oportunismos eleitorais nesse momento, isso não significa que os trabalhadores possam confiar neles como portadores de uma política coerente para enfrentar o regime capitalista. Ao contrário, eles se baseiam em uma deturpação do marxismo que os leva a semear ilusões em políticos burgueses. Esse é o conteúdo do seu slogan de “Nova Democracia” – um regime capitalista ao lado da “burguesia nacional”.

A política de AND, inclusive as acusações de oportunismo contra aqueles na esquerda que realizam

frentes de colaboração de classe, parece não olhar para sua própria herança política e os erros que dela derivam. Vejamos a seguir um exemplo prático dos oportunismos a que são levados os maoístas por sua teoria política. Em um artigo publicado em 2011 no seu site da internet, AND disse o seguinte sobre o histórico político brasileiro Leonel Brizola:

“A burguesia nacional — enquanto fenômeno na época do imperialismo, como demonstra todas as experiências dos países dominados —, dado a sua natureza e sua conduta política vacilante, no processo de luta política, se divide em três alas: uma ala de direita, uma de centro e outra de esquerda.”

“Leonel Brizola, como representante mais destacado da ala esquerda, foi sempre mais afirmativo e mais firme. Suas posições até então foram as de levar a luta até o fim como demonstrou naqueles anos, por isto granjeou mais respeito da classe operária e das massas populares brasileiras e se tornou um

dos mais odiados inimigos da reação e do sistema imperialista no Brasil. Mesmo não assumindo mais posições revolucionárias, seguiu sendo combatido, vide a perseguição e bombardeio que sofreu por parte do arquirreacionário Roberto Marinho.”

— *Há 50 anos cadeia da legalidade barrava ensaio golpista dos generais*, AND N. 80, agosto de 2011. <http://www.anovademocracia.com.br/no-80/3594-ha-50-anos-cadeia-da-legalidade-barrava-ensaio-golpista-dos-generais>

Esse artigo falava do período seguinte à renúncia de Jânio Quadros em 1961 e da chamada “campanha da legalidade”, a resistência à tentativa de golpe para impedir a subida do vice-presidente eleito João Goulart ao poder. O texto é repleto de elogios a Brizola e termina com essa “aula” maoista sobre a suposta natureza da burguesia no Brasil. Mas a análise mecanicista dos maoistas, que (seguindo a cartilha etapista do stalinismo) acreditam que as condições estruturais do países dependentes produz frações burguesas progressistas, está muito distante da realidade.

Políticos burgueses como Brizola são fruto do acirramento da luta de classes, que faz com que alguns populistas tentem explorar politicamente o proletariado em benefício de seus próprios interesses eleitorais (e para conter as lutas proletárias nos limites da manutenção do capitalismo). Para isso, se usam de discursos variados envolvendo a soberania, a defesa do povo e da pátria etc. Porém, o máximo que os populistas burgueses podem oferecer é o desvio de uma migalha dos ladrões imperialistas para pequenas reformas ou nacionalizações, que em nada mudam a natureza do sistema capitalista e não ameaçam o esquema de remessa de lucros para os imperialistas (embora isso frequentemente seja o suficiente para fazer com que estes salivem de ódio). Esse era o caso de Leonel Brizola, cujos atos estavam muito distantes de sua retórica populista demagógica e do caráter progressivo e supostamente “inimigo do imperialismo” a ele atribuído pelos maoistas de AND.

Aliás, é muito curioso para quem hoje defende um boicote a todos os representantes da burguesia e denuncia o eleitoralismo de boa parte da esquerda, elogiar um político nacionalista burguês, que inclusive sempre se usou das eleições para enganar o povo. AND reconhece que “*Brizola se rendeu às armadilhas do imperialismo e suas vias ‘institucionais e democráticas’ para a conquista do poder de Estado para o povo e a libertação nacional*”, mas conclui insistindo que “*Brizola foi um patriota e democrata, sem sombra de dúvidas. Até então, o representante mais coerente da burguesia nacional genuína no Brasil, expressando suas virtudes, mas também seus pecados*”.

Político parlamentar do PTB, depois prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul, defensor do “Trabalhismo” e afilhado político do ex-ditador Getúlio

Vargas, Brizola sem dúvida não era um político burguês “tradicional”. Suas medidas de estatização de algumas empresas americanas, suas reformas sociais e sua oposição ao golpe militar de 1964 lhe angariaram muito apoio das classes populares. Porém, Brizola jamais escondeu sua posição de classe, sua intenção clara de defender o capitalismo e recorrentemente se aliou com partidos bastante distintos do que seu discurso pregava. Quando se elegeu governador do Rio Grande do Sul em 1958, por exemplo, fez uma aliança com o arquirreacionário PRP (Partido da Representação Popular), reconhecidamente antidemocrático e antigo simpatizante do fascismo. Na coletânea de discursos e textos publicados pela série *Perfis Parlamentares*, vemos com clareza que o “inimigo da reação” Leonel Brizola realizava o mesmo tipo de cretinismo parlamentar que AND tanto critica atualmente:

“O candidato trabalhista diz que as objeções acerca da coligação com os perrepistas são maliciosas e infundadas e que a noção de democracia, de acordo com a Constituição, está baseada na pluralidade dos partidos políticos e que, por serem diferentes, PTB e PRP já haviam lutado em lados opostos, mas que isso era comum na vida democrática.”

“Outro texto de campanha, assinado por Brizola, dizia respeito ao apoio dos comunistas à sua candidatura, anunciado por dirigentes do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul. Ele recusou o apoio dos comunistas, para não perder os votos católicos na região serrana, e tratou de marcar as diferenças e explicar suas razões:

‘Entre outras coisas cumpre dizer que o trabalhismo é nacionalista, o comunismo é internacional; o comunismo é materialista, o trabalhismo se inspira na doutrina social cristã; o comunismo é a abolição da propriedade, o trabalhismo defende a propriedade dentro de um fim social; o comunismo escraviza o homem ao Estado e prescreve o regime de garantia do trabalho, o trabalhismo é a dignificação do trabalho e não tolera a exploração do homem pelo Estado nem do homem pelo homem; o comunismo educa para formar uma sociedade de formigas, o trabalhismo educa para o progresso, para a liberdade, para a elevação da pessoa humana. O comunismo existe onde pontifica o capitalismo reacionário e explorador e desaparece nas comunidades e países bem organizados sob o ponto de vista social e humano’.”

— Leonel Brizola – *Perfil, Discursos e Depoimentos* (1922-2004), p. 50.

<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=01vC6iaHHbA%3D&tabid=3101&language=pt-BR>

Embora em algumas ocasiões tenha denunciado enfaticamente o “processo espoliativo” dos imperialistas no Brasil, Brizola de forma alguma tinha intenções de

romper com o capital internacional de forma definitiva, mas apenas de limitar seus traços mais abusivos. Em um discurso proferido em 1961, na sede da UNE, deixou claro seu ponto de vista:

“Se os Estados Unidos desejam fazer grandes empréstimos ao Brasil, e se quiserem ser nossos amigos, não pensem em emprestar às organizações privadas americanas aqui sediadas, porque, neste caso, estarão agravando a nossa situação. Que emprestem ao poder público, de governo para governo. Não quero com isto dizer que devemos expulsar pura e simplesmente do Brasil as empresas americanas. Não, elas podem ficar aqui, podem ficar, mas sob o nosso controle, com participação minoritária nas organizações.”

“Agora mesmo, estou em discussão no Rio Grande do Sul com a empresa telefônica, subsidiária que é de um grande truste norte-americano. Eu não vou encampá-la. Eu não a quero comprar, inclusive porque o seu equipamento não serve para mais nada. Fundei uma sociedade de economia mista e fiz um convite à aludida empresa para participar da sociedade, mas, apenas e no máximo, com 25% do capital”.

— **“O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e ‘o caso cubano’”, Op. Cit. p. 500 e 501.**

Por um lado, vemos aqui como o “patriota” Brizola estava disposto em coexistir com o imperialismo instalado no Brasil e inclusive disposto a acordos com este. Do outro, o seu pedantismo de afirmar a possibilidade de manter a propriedade imperialista desde que “sob o controle” nacional através de sociedades capitalistas “mistas”. Além de ilusória, tudo que essa posição poderia fazer seria funcionar como uma barreira desviando o proletariado do programa de expropriação da propriedade capitalista (imperialista ou nacional). Vamos lembrar também que Brizola foi alçado à vida pública pelo caudilho Vargas, a quem defendia calorosamente. Ele afirmou em um discurso parlamentar:

“O preparo do terreno para a ordem democrática, no que tem de bom nos nossos dias, foi feito a partir de 1930. É por isso que podemos afirmar, com segurança, que a democracia de hoje no Brasil deve muito e muito àquele que tem sido acusado e apontado como ditador, o senador Getúlio Vargas.”

“Antes de 1930 não possuíamos na verdade democracia no Brasil. Têm assento, nesta Casa, inúmeros veteranos das lides políticas do Rio Grande, que podem atestar, com veemência e com conhecimento de causa, que estou fazendo uma referência absolutamente verdadeira.”

— **“O difícil caminho da redemocratização”, discurso na Câmara rio-grandense, Op. Cit. p. 455.**

Poderíamos nos estender muito mais, mas achamos que o que foi dito é o suficiente para desfazer o mito do “democrata” Brizola, defensor de Vargas – este que foi o carrasco dos comunistas de 1935 e responsável pela perseguição e repressão de toda uma geração de trabalhadores combativos. Agora resta tentar entender porque os maoistas, de radicais defensores da “guerra popular” e do “boicote à farsa eleitoral” capitulam sem a menor vergonha a este notório populista burguês.

AND está numa situação bastante frágil ao tentar manter uma aparência não eleitoreira e anticapitalista enquanto enche de elogios ao senhor Brizola. Sua análise histórica sobre a existência de uma “ala esquerda” da burguesia levanta uma série de perguntas. Quem representaria atualmente essa ala? Se o proletariado supostamente possui aliados em alguma ala da burguesia, é natural desejar saber quais são os partidos, grupos ou representantes que, segundo AND, poderiam forjar junto aos trabalhadores um genuíno “Estado democrático”.

Mas sobre esse assunto, AND silencia. Aparentemente, não é conveniente mencionar nas suas campanhas de boicote ao “circo eleitoral” da burguesia e em seus discursos inflamados que os mesmos acham que há líderes burgueses que merecem “respeito da classe operária”. Não interessa a radicalidade tática de uma luta se ela estiver desligada de um programa para orientar a classe trabalhadora às vitórias revolucionárias. Ao longo da história, existiram muitos exemplos de “reformistas com um fuzil nas mãos” que ao lado de uma luta armada, buscavam paralelamente acordos com setores “democráticos” da classe dominante e, mesmo que tivessem em suas mãos o poder, o entregariam à classe dominante e manteriam o sistema de exploração capitalista.

Ainda que não esteja atualmente capitulando a nenhum partido ou líder populista, a teoria seguida pelos maoistas conduz inevitavelmente a essa conclusão. Contra a deformação maoista do marxismo (e também contra os revisionistas que falsamente se reivindicam “trotskistas”, mas se aliam com partidos burgueses) os revolucionários proclamam a necessidade de quebrar todas as ilusões em uma suposta “ala esquerda” da burguesia. O proletariado pode contar apenas com as suas próprias forças (e deve lutar para ganhar o apoio do campesinato pobre e de outras camadas exploradas que sofrem as opressões do capitalismo).



A Fantasia Stalinista do MLP (EUA)

O Mito do “Terceiro Período”

O presente artigo foi originalmente publicado em 1917 No. 3 (1987) pela então revolucionária *Tendência Bolchevique Internacional*, organização da qual se originou o *Reagrupamento Revolucionário*, em resposta a sua degeneração burocrática. Ele é uma polêmica com um grupo norte-americano que havia rompido com o maoísmo na década de 1970, o Partido Marxista-Leninista (MLP). A trajetória do MLP chama atenção pois tal grupo foi buscar as origens de posições que detectavam como de colaboração de classes no maoísmo e no stalinismo, mas se detiveram no giro ultraesquerdista deste, a chamada política do “Terceiro Período”, adota em fins da década de 1920 e começo da década de 1930. O presente artigo aponta a necessidade de se ir mais além e rejeitar como um todo a política stalinista, independente de seus giros momentâneos à esquerda, bem como buscar explicar os mesmos à luz da situação objetiva da burocracia soviética.



Trecho de cartaz de propaganda do PC alemão de 1924, expressando a linha típica do “terceiro período”, segundo a qual a socialdemocracia (SPD) era a mesma coisa que o fascismo (“social-fascismo”) - linha essa que enfraqueceu a resistência proletária à ascensão de Hitler e Cia. Sua legenda dizia *Eleja comunistas! Não esses inimigos da classe trabalhadora!*.

No verão anterior às eleições de 1984 [nos Estados Unidos] que levaram Ronald Reagan à Casa Branca para o seu segundo mandato, Michael Harrington e Irving Howe, dois proeminentes socialdemocratas norte-americanos, comentaram na *Revista New York Times* que “hoje em dia, praticamente todo mundo na esquerda concorda que o Partido Democrata, com todos os seus problemas, deve ser a nossa principal arena política.” Eles exageraram – mas não muito.

A maioria das organizações que se reivindicam revolucionárias nos Estados Unidos hoje estão de fato se orientando para os Democratas. Alguns, como o Workers World Party [1], abertamente se jogam na “Coalizão Arco-íris” do enganador Jesse Jackson. Os ex-trotskistas da Liga Espartaquista, por outro lado, respondem à atração gravitacional dos Democratas de forma mais incomum – com, por exemplo, uma oferta ridícula para “proteger” a convenção de 1984 do Partido Democrata em São Francisco contra o perigo imaginário alucinante de um ataque Nazista/Republicano.

O ex-maoísta Partido Marxista-Leninista (MLP), é uma das poucas exceções a esta tendência à direita. O MLP foi fundado há 18 anos como a filial norte-americana da seita reformista de Hardial Bains, o nacionalista Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista) [CPC-ML]. O MLP acompanhou o CPC-ML para longe da legião de apoiadores de Mao Tsé-Tung em meados dos anos 1970, mas logo entrou em conflito com Bains e deu um giro à esquerda. Em uma tentativa de entender as origens do revisionismo no campo maoísta e ex-maoísta desde a sua origem, o MLP iniciou um estudo crítico da história do movimento comunista internacional. Até agora ele rastreou as raízes da degeneração até 1935, quando o Sétimo Congresso da Internacional Comunista (Comintern) proclamou que dali em diante o dever da vanguarda da classe trabalhadora era entrar em coalizões (ou “frentes populares”) com suas próprias burguesias para conter o perigo do fascismo.

A Crítica do MLP à Frente Popular

A edição de 1º de outubro de 1986 da revista teórica do MLP (o *Workers Advocate Supplement*) contém uma crítica contundente dos resultados da estratégia de frente popular na Espanha durante a guerra civil nos anos 1930. O texto argumenta que a orientação do Partido Comunista Espanhol (PCE) e da Comintern era “terrivelmente errada” e critica especificamente a supressão dos anarquistas e do POUM (Partido Operário da Unificação Marxista – cujos líderes incluíam alguns ex-trotskistas) como parte de uma “campanha de violência – apoiada com medidas policiais – contra qualquer coisa que se aproximasse do espírito da luta de classes e do socialismo ou que criticasse os liberais capitalistas ou a República”. O artigo conclui que:

“Onde quer que as massas estivessem em luta contra a reação, o legado espanhol era desenterrado para justificar a capitulação diante dos capitalistas liberais em nome de uma ‘unidade ampla’, enquanto se combatia o ‘grande perigo’ das ideias supostamente ‘ultraesquerdistas’ sobre a independência política da classe trabalhadora, a luta de classes, a revolução proletária e o socialismo.”

Isto é algo bastante sério vindo de uma organização com um legado stalinista. E não é simplesmente uma questão de artigos teóricos em um debate escrito. O impulso à esquerda do MLP está refletido nas suas atuais posições em questões internacionais, da Nicarágua (onde ele é crítico das tentativas dos sandinistas de se ajustarem à burguesia) até a África do Sul. Mas enquanto o MLP exhibe uma atração subjetiva à orientação de classe-contraclassa da Comintern dirigida por Lenin, o movimento à esquerda do MLP é parcial, confuso e contraditório.

O MLP e o Espectro do Trotskismo

O rompimento do MLP com a política da frente popular é falho pela sua timidez em confrontar o legado do trotskismo. Para parafrasear Marx, o resíduo da herança stalinista assombra como um fantasma a mente do departamento político do MLP. Mesmo nessas questões históricas onde ele foi mais longe, por exemplo, na Guerra Civil Espanhola, ele está, na melhor das hipóteses, apenas redescobrimdo posições que foram defendidas de forma mais clara e menos ambígua cinquenta anos antes por Leon Trotsky e a Oposição de Esquerda. (Membros céticos do MLP podem facilmente verificar isto eles próprios ao dar uma lida em qualquer dos grandes escritos de Trotsky sobre a Espanha, como por exemplo, o seu ensaio de dezembro de 1937, “As Lições da Espanha: O Último Aviso”). O reflexo anti-trotskista intrínseco do MLP é um obstáculo para que ele realize uma investigação materialista séria sobre as origens do revisionismo no movimento comunista. A sua crítica ao Sétimo Congresso [da Comintern] é permeada de idealismo. Políticas corretas se tornam incorretas como resultado de um “pensamento mecânico”:

“O Sétimo Congresso... simplesmente culpou o esquerdismo e o sectarismo para justificar o abandono dos princípios leninistas fundamentais que foram defendidos no período do Sexto Congresso. Ele não corrigiu nenhuma rigidez, apenas deu um giro à direita – de fato, ele levou o pensamento mecânico mais além e solidificou-o com visões de direita.”

— “Entre o Sexto e o Sétimo Congressos”, *Workers Advocate Supplement*, 15 de julho de 1986.

Isto não explica nada. Até Mao Tsé-Tung sabia que “ideias corretas [e incorretas, pode-se acrescentar] não caem do céu”. A adoção da linha de frente popular em 1935 não foi mais do que o resultado de uma aplicação “rígida” das mesmas ideias que fazem com que muitos na esquerda norte-americana rastejem diante dos Democratas, devido a uma incapacidade de compreender Lenin.

O giro do Sétimo Congresso, ao qual o MLP investe tanto significado, foi um evento de importância primariamente simbólica. Significativamente, ele já tinha sido assinalado um ano antes pela entrada da União Soviética na Liga das Nações em busca de aliados “pacifistas” contra Hitler. Em maio de 1935, dois meses antes da abertura do Congresso, Stalin tinha negociado o infame “Pacto Laval” com o imperialismo francês como uma barreira contra a insurgente Alemanha. O comunicado final do acordo anunciou: “O Sr. Stalin entende e aprova inteiramente a política de defesa nacional exercida pela França com o objetivo de manter o seu poder bélico no nível de segurança”. Quando o Sétimo Congresso se reuniu, a sua tarefa foi ratificar o repúdio ao leninismo sob o argumento de um “anti-fascismo” que ultrapassava as divisões de classe.

Dimitrov falou sobre as implicações do giro no seu discurso de encerramento ao Congresso: “Mesmo alguns dos grandes Estados capitalistas, com medo de perder com uma redivisão do mundo, estão, no presente momento, interessados em evitar a guerra”. A frente popular tinha o objetivo de forjar um bloco com aqueles “pacíficos” ladrões imperialistas que estavam satisfeitos com a divisão do mundo que foi definida em Versalhes em 1919.

“O que havia de novo em 1934 e 1935 era o reconhecimento de que a defesa da URSS poderia ser garantida através do apoio, não de partidos comunistas estrangeiros, fracos demais para derrubar, ou mesmo complicar seriamente os governos nacionais, mas com a ajuda de governos dos países capitalistas expostos à mesma ameaça externa que a URSS, e que o melhor serviço que aqueles partidos podiam prestar seria encorajar os governos a prover este apoio.”

— E. H. Carr, *O Crepúsculo da Internacional Comunista 1930-1935*

A frente popular foi ditada não pelas exigências

do proletariado internacional, mas com o propósito de salvar o “socialismo em um só país”. Quando os socialdemocratas votaram a favor dos créditos de guerra em agosto de 1914 [no início da Primeira Guerra Mundial], isto significou que eles colocavam a preservação das suas organizações acima da solidariedade internacional da classe trabalhadora. De modo similar, o “socialismo em um só país” contrapôs a vitória parcial conseguida na Rússia aos interesses da revolução internacional. Em ambos os casos a defesa de avanços limitados conseguidos pelos trabalhadores, dos quais os respectivos burocratas tiravam os seus privilégios, ficou à frente dos objetivos gerais do movimento.

O Sétimo Congresso não foi o começo dos desvios políticos da Comintern para longe do leninismo, mas a conclusão de um processo que estava em curso por cerca de doze anos. Entre o Quinto e o Sexto congressos, a liderança “pragmática” de Stalin já havia tentado diversos experimentos desastrosos de colaboração de classes. O Sétimo Congresso marcou a transformação formal da Comintern em uma agência reformista que não era qualitativamente diferente da socialdemocracia. Em agosto de 1935, mesmo antes de os delegados terem completado suas deliberações, Trotsky comentou: “Mesmo se todos os participantes hoje negarem o fato, eles estão todos... comprometidos, na prática, com a liquidação do programa, princípios e métodos táticos estabelecidos por Lenin, e estão preparando a completa abolição da Comintern como uma organização independente.” (“O Congresso de Liquidação da Comintern”).

Oito anos depois, Stalin dissolveu a Comintern num gesto de boa fé para com os seus aliados imperialistas “democráticos”. Quem precisava de uma internacional proletária em uma época de coexistência pacífica entre as classes? A declaração de 22 de maio de 1943 que anunciou a dissolução declarou que: “Nos países da coalizão anti-hitlerista, o dever sagrado das mais amplas massas do povo, e em primeiro lugar dos trabalhadores, consiste em ajudar por todos os meios os esforços militares dos governos desses países...”. A política da frente popular em tempos de paz inevitavelmente se transfigura em socialpatriotismo quando a guerra irrompe. Nós nos perguntamos como o MLP se posiciona na Segunda Guerra Mundial: com o apelo por “unidade nacional” e nada de greves, feito por Stalin, Browder e os socialdemocratas, ou com o derrotismo revolucionário (e defesa da União Soviética) de Trotsky e da Quarta Internacional?

As Raízes da Frente Popular: “Socialismo em um só País”

Para entender a degeneração da Internacional Comunista é necessário entender a degeneração da revolução que lhe deu vida. O fracasso da onda revolucionária que se seguiu à Primeira Guerra Mundial em levar os trabalhadores ao poder em qualquer lugar fora da URSS, a exaustão da população soviética após sete anos de

guerra e um colapso virtual da economia tinham, em 1921, exigido um recuo temporário da liderança Bolchevique. Esta política, conhecida como Nova Política Econômica (NEP), envolvia centralmente fazer concessões a forças de mercado para reviver a produção e prevenir a fome em massa.

A NEP foi bem sucedida, mas ao fazer isso ela criou uma camada privilegiada de pequenos capitalistas no campo e nas cidades (kulaks e nepmen). Estes elementos constituíram uma base social conservadora para o rápido desenvolvimento de uma camada administrativa/burocrática dentro do próprio Partido Bolchevique. O fracasso dos Comunistas alemães em explorar uma situação potencialmente revolucionária em 1923 tornou aparente que a Revolução Russa iria permanecer isolada por algum tempo. Isto também consolidou a posição ascendente da tendência burocrático-conservadora dirigida por Stalin. Pelos cinco anos seguintes, os “pragmatistas” como eles chamavam a si mesmos, realizaram uma política consistentemente à direita em casa e no exterior sob a bandeira do “Socialismo em um só País”. Em 1925, o Kremlin iniciou um bloco sem princípios com a liderança do Congresso dos Sindicatos Britânicos (TUC). Supostamente organizado para se opor à intervenção britânica contra a URSS, o “Comitê Sindical Anglo-Russo” não estabelecia nenhuma obrigação para os dirigentes do TUC, enquanto lhes permitia se vangloriar com a autoridade da revolução russa. A greve geral britânica de 1926, que surgiu no meio de uma poderosa greve de mineiros, revelou que o TUC não havia se transformado no “centro organizador que engloba as forças internacionais do proletariado para a luta” como antecipado, mas permanecia uma agência da ordem capitalista.

A ajuda [financeira] mandada pelos mineiros soviéticos para os seus camaradas britânicos em luta foi rejeitada com indignação pelos burocratas sindicais, que anunciaram que eles “não queriam ouro russo”. Os covardes burocratas chamaram pelo fim da greve geral depois de nove dias, justo quando ela estava começando a surtir efeito. Trotsky exigiu que os soviéticos rompessem com os líderes traidores do TUC e criticassem fortemente a traição destes, mas o Comintern decidiu manter a sua posição de solidariedade acrítica com os destruidores da greve. Um ano depois, quando os burocratas britânicos perceberam que não precisavam mais de uma cobertura pela esquerda, eles simplesmente se retiraram do Comitê.

Colaboração de Classes e Desastre Sangrento na China

Na China, os resultados do curso direitista do Kremlin foram ainda mais desastrosos. Lá a Comintern adotou a “estratégia” de liquidar o crescente movimento comunista no partido nacionalista burguês Kuomintang (KMT). Em 1925 Stalin explicou as tarefas dos Comunistas na China na forma como se segue:

“Em tais países como o Egito e a China (...), os comunistas não podem mais fazer do seu objetivo formar uma frente única contra o imperialismo. Em tais países, os comunistas devem passar da política de frente única nacional para a política de um bloco revolucionário dos trabalhadores e da pequeno-burguesia. Em tais países, este bloco pode assumir a forma de um só partido de trabalhadores e camponeses, como o Kuomintang (...).”

— **“As Tarefas Políticas da Escola do Leste”, citado em Walter Laqueur, *Communism and Nationalism in the Middle East*.**

De julho de 1926 a março de 1927, a China foi arrastada por um massivo levante revolucionário. Em meio a isso, os comunistas chineses receberam a ordem de Moscou para **não** organizar soviets e para prestar atenção às suas atividades nas mobilizações camponesas de forma a manter boas relações com a burguesia nacional. Trotsky se opôs de forma aguda a essa linha direitista liquidacionista diante do KMT e notou que:

“Todas essas receitas e mesmo a forma com a qual elas são formuladas são cruelmente reminiscências da velha cozinha menchevique. A saída é estabelecer a linha organizativa que seja o pré-requisito necessário para uma política independente, mantendo a atenção, não na esquerda do Kuomintang, mas acima de tudo nos trabalhadores despertos... Quanto mais cedo a política do Partido Comunista Chinês for corrigida, melhor para a revolução chinesa.”

— **“O Partido Comunista Chinês e o Kuomintang”, 1926.**

Mas o principal interesse de Stalin na China nesse período estava em estabelecer uma aliança diplomática com o regime burguês. Para promover isto, o KMT foi admitido na Internacional Comunista como um partido em relações fraternais. Trotsky, sozinho entre os líderes soviéticos, votou contra esta deformação do leninismo. Como o MLP teria votado?

Na Primavera de 1927, conforme a liderança do KMT se movimentava para decapitar a vanguarda do proletariado chinês, a Comintern ordenou aos comunistas que largassem suas armas para não “provocar” os aliados burgueses. O resultado da colaboração de classes na China nos anos 1920 foi o mesmo que da Espanha nos anos 1930: dezenas de milhares dos melhores militantes foram exterminados e o movimento dos trabalhadores foi destruído.

Stalin gira à esquerda: o Terceiro Período

O giro à direita da política externa soviética após o Quinto Congresso teve seu reflexo domesticamente na orientação para os camponeses ricos. O aliado fracional de Stalin, Bukharin, disse a eles: “Enriqueçam!” e propôs

ir rumo ao socialismo na União Soviética com “passo de tartaruga”. Mas os kulaks (camponeses ricos) não tinham interesse em socialismo em nenhuma velocidade e em 1927-28 eles estavam se mobilizando abertamente pela contrarrevolução. Stalin provou responder muito mais prontamente às ameaças ao seu próprio regime do que aos reveses do movimento internacional. Entre a primavera e o outono de 1928, ele mudou desde uma posição de que “a expropriação dos Kulaks seria uma tolice” para declarar que “Nós devemos quebrar a resistência dessa classe através de uma luta aberta” (*Problemas do Leninismo*). O resultado foi um giro abrupto para a esquerda no Sexto Congresso da Comintern em 1928. (O fato de que a Internacional não havia sido convocada por quatro anos – sob Lenin ela havia se reunido anualmente mesmo durante a Guerra Civil – indica a baixa importância que ela recebia pela liderança insular, nacionalista de Stalin). Ao contrário do que diz o MLP, as decisões do Sexto Congresso não representaram a continuidade ininterrupta dos “princípios fundamentais do leninismo”, mas ao invés disso o desvio simétrico da capitulação anterior ao KMT e aos burocratas sindicais britânicos. Da prostração diante de forças não-proletárias, a “linha geral” se tornou uma rejeição insípida da possibilidade de unidade de ação com qualquer um que não estivesse pronto para aceitar a liderança comunista.

O giro de 180 graus na linha política foi “explicado” pela proclamação de que a luta de classes havia supostamente entrado no “Terceiro Período” da história do pós-guerra, caracterizado pela crise final do capitalismo e pelo sucesso inevitável de levantes revolucionários em toda parte. O “Terceiro Período” era, na frase astuta de Trotsky, “uma combinação de burocratismo stalinista com metafísica bukharinista”, que não tinha nenhuma relação com a realidade da luta de classes no período. De 1928 a 1932, nenhum partido comunista no planeta estava numa posição em que pudesse seriamente desafiar o poder de sua burguesia. A teoria do “Terceiro Período” era simplesmente uma cobertura “histórico-mundial” para os ziguezagues do Kremlin.

As políticas do Terceiro Período eram um repúdio direto dos princípios e táticas cuidadosamente elaborados nos primeiros quatro congressos da Internacional. A política leninista de lutar para construir lideranças comunistas nas organizações de massa dos trabalhadores que já existiam foi substituída por um separatismo sectário de “sindicatos vermelhos”. Incontáveis pequenos “sindicatos” comunistas, muitos sendo pouco mais do que organizações fantasmas que só existiam no papel, foram criados e combinados em federações sindicais paralelas. Com esta tática – explicitamente denunciada por Lenin em “Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo” como “um erro tão imperdoável que é com certeza um dos maiores serviços que os comunistas poderiam prestar à burguesia” – o Partido Comunista dos Estados Unidos conseguiu de uma só vez o que os burocratas sindicais e capitalistas não tinham conseguido fazer durante todo o período da histeria anti-Bolchevique no pós-guerra. Ele tirou os comunistas

dos sindicatos e dessa forma abandonou as massas de trabalhadores à influência dos sindicalistas reacionários da Federação Americana do Trabalho [AFL].

Resultados do “Terceiro Período”: Hitler Esmaga o KPD

Os resultados mais desastrosos do “Terceiro Período” ocorreram na Alemanha onde o Partido Comunista (KPD) rotulou o Partido Socialdemocrata (SPD) como “social-fascista”. Stalin afirmou que “A socialdemocracia, falando objetivamente, é a ala moderada do fascismo”. Isto efetivamente impossibilitou qualquer aproximação aos líderes do SPD para uma frente única contra o movimento nazista que crescia rapidamente. Ao invés disso, o KPD chamou por “frentes únicas pela base”, ou seja, para que os trabalhadores socialdemocratas se “unissem” com os comunistas sob a liderança do KPD. Isso naturalmente teve pouco impacto nos milhões de trabalhadores socialdemocratas que não estavam prontos a admitir que eles fossem “moderados” ou “social-fascistas”. O KPD perdeu a oportunidade de explorar profundamente as contradições entre os socialdemocratas e os fascistas:

“A socialdemocracia não pode ter influência sem as organizações de massa dos trabalhadores. O fascismo não pode se entrincheirar no poder sem aniquilar as organizações dos trabalhadores. O parlamento é a principal arena da socialdemocracia. O sistema fascista é baseado na destruição do parlamentarismo. Para a burguesia monopolista, os regimes parlamentarista e fascista representam somente diferentes formas de dominação; ela recorreu a um ou a outro, dependendo das condições históricas. Mas para ambos os socialdemocratas e os fascistas, a escolha de uma forma ou da outra tem um significado independente; mais do que isso, para eles isto é uma questão de vida ou morte.”

— Trotsky, “E agora?”.

Em agosto de 1917, os bolcheviques exploraram uma contradição comparável a esta entre Kerensky, o pseudo-socialista que estava à frente do Governo Provisório pró-imperialista, e Kornilov, o general de direita que desejava derrubá-lo. Lenin não perdeu seu tempo chamando os trabalhadores e soldados que ainda tinham ilusões em Kerensky para se unirem sob a bandeira do bolchevismo, mas ao invés disso propôs uma frente única aos mencheviques e socialistas-revolucionários e a criação de organizações conjuntas de autodefesa contra um inimigo comum. Dessa forma os bolcheviques mobilizaram as maiores forças possíveis para esmagar Kornilov enquanto ao mesmo tempo ganhavam muitos trabalhadores de base entre os apoiadores de Kerensky, que viam que os comunistas eram os mais determinados oponentes da contrarrevolução.

Trotsky recomendou que o KPD propusesse ao SPD

um bloco militar semelhante contra o terror fascista. Ele explicou como os militantes do KPD deveriam motivar a frente única com os trabalhadores de base do SPD:

“O bolchevique não pede ao socialdemocrata que altere de imediato a opinião que tem do bolchevismo e da imprensa bolchevique. Mais do que isso, ele não exige que o socialdemocrata assine um contrato pela duração do acordo prometendo manter silêncio da sua opinião sobre os comunistas. Tal demanda seria absolutamente indesculpável. ‘Enquanto’, deve dizer o comunista, ‘eu não convencer você ou você não me convencer, nós devemos nos criticar um ao outro com total liberdade, cada um usando os argumentos e expressões que achar necessário. Mas quando o fascista quiser colocar uma mordada em nossa garganta, nós iremos repeli-lo juntos!’. Pode algum trabalhador socialdemocrata inteligente responder a essa proposta com uma recusa?”

— “A Frente Única para Defesa”, 1933.

Ao invés disso, o KPD apelou à base do SPD com denúncias estereis, ultimatoss vazios e vangloriando-se sem sentido. Um líder do KPD declarou no parlamento alemão: “Deixem Hitler assumir o poder – ele logo irá à bancarrota, e então será a nossa vez”. O sectarismo criminoso do KPD foi talvez exposto de maneira mais explícita na Prússia em 1931, quando ele apoiou um referendun organizado pelos fascistas para remover o governo estadual liderado pelo SPD. Imaginem o impacto que o espetáculo de uma campanha conjunta realizada pelo KPD e pelos nazistas teve nos trabalhadores socialdemocratas! Ainda assim, o MLP caracteriza essas táticas literalmente suicidas como “uma linha marxista-leninista correta no geral”.

Marxismo e Fatalismo

No seu principal documento lidando com o Terceiro Período (“Entre o Sexto e o Sétimo Congressos”), o MLP conclui que: “A IC e seus partidos fizeram avanços no seu trabalho nesse período... A consolidação dos partidos nesse período provavelmente teve muito a ver com os sucessos subsequentes”. Quais “sucessos subsequentes” – as frentes populares? O MLP descreve o período das maiores derrotas já sofridas pela classe trabalhadora como um de “avanços” e “consolidação” em razão do seu apego irracional ao Terceiro Período.

O artigo continua, reconhecendo que “Ao mesmo tempo, houve o severo revés da *chegada ao poder de Hitler na Alemanha*, pela qual, no entanto, *não se pode culpar os erros do PC alemão*” (ênfase adicionada). Então a quem ela deve ser atribuída? A vitória dos fascistas sobre o movimento proletário mais poderoso do mundo e o maior e mais forte partido comunista [fora da União Soviética] era inevitável? Ou será que o MLP acredita que o triunfo da reação fascista só pode ser revertido em situações onde os traidores de classe profissionais da

Segunda Internacional estejam preparados para oferecer uma liderança revolucionária?

As táticas do KPD eram falsas do começo ao fim. Dada a profunda covardia e traição dos líderes socialdemocratas, que capitularam a cada passo ao invés de lutar, o sectarismo impotente da liderança do KPD levou ao desastre na Alemanha da mesma forma como a estratégia de frente popular do Partido Comunista Espanhol preparou a vitória de Franco meia dúzia de anos depois.

A afirmação de que a destruição do poderoso movimento dos trabalhadores alemães, *sem um tiro ter sido disparado*, não pode ser atribuída aos erros da sua liderança histórica é ao mesmo tempo objetivista e profundamente pessimista. Assim, já que o KPD não cometeu nenhum erro estratégico grave, a única conclusão é que a vitória de Hitler era inevitável. Trotsky poderia muito bem ter o MLP em mente quando apontou que “Como regra, os vulgarizadores de Marx, gravitando em torno do fatalismo, nada observam na arena política, a não ser as causas objetivas”. O otimismo fatalista de “Após Hitler, será nossa vez” do Terceiro Período é transformado pelo MLP em um pessimismo fatalista.

O MLP pode não entender a conexão orgânica entre o “esquerdismo” do Sexto Congresso e a capitulação do Sétimo, mas Trotsky entendeu. Quatro anos antes do discurso de Dimitrov, ele alertou:

“Aproxima-se o momento, um desses momentos decisivos na história, em que a IC, depois de ter cometido grandes erros, que não passavam, entretanto, de erros ‘parciais’, embora abalassem ou destruíssem as suas próprias forças acumuladas nos cinco primeiros anos de sua existência, se arrisca a cometer um erro fundamental, fatal, que pode arrastar nas suas consequências a própria IC, apagando-a como fator revolucionário do mapa político, durante todo um período histórico. (...) Nada a calar, nada a atenuar. É preciso dizer clara, energicamente, aos operários avançados: Depois do ‘terceiro período’ de aventura e fanfarronada, começará o ‘quarto período’, o período do pânico e das capitulações”.

— “Está na Alemanha a Chave da Situação

Internacional”, novembro de 1931.

O “erro fundamental, fatal” do qual ele falava era o desastre na Alemanha. Este levou diretamente à frente popular, que de fato “apagou a IC do mapa político”. A liderança do MLP não realizou um estudo sério das lições da derrota na Alemanha, pela mesma razão pela qual ela ignora as lições da liquidação do PC chinês em 1927 – porque fazer isso iria abalar o mito da “época dourada” da Comintern stalinista antes do Sétimo Congresso. Isto, por sua vez, iria leva-los a ter de encarar de frente a luta da Oposição de Esquerda contra os erros de direita que se seguiram ao Quinto Congresso e o desastroso “esquerdismo” do Terceiro Período, que precedeu e condicionou a capitulação covarde da frente popular.

Um dos mecanismos usados pelo MLP para se esquivar de uma apreciação política de Trotsky – o líder da única oposição comunista à destruição política da Internacional de Lenin – tem sido citar as traições de uma variedade de pretendentes revisionistas do trotskismo. Muitas destas críticas são substancialmente corretas, mas elas não constituem uma crítica ao trotskismo, da mesma forma como uma lista de críticas equivalentes contra o Partido Comunista [pró-Moscou] não iria refutar o leninismo. Marx certa vez explicou para Weitling que a ignorância nunca fez bem a ninguém. Nesse espírito, militantes sérios no MLP devem eles mesmos tirar as suas vendas e ler Trotsky. Aqueles que o fizerem vão descobrir que o manto da autêntica continuidade comunista depois de Lenin passa pela Oposição de Esquerda e por ela sozinha.

NOTA

[1] Workers World Party (Partido Mundial dos Trabalhadores), foi fundado por Sam Marcy em 1959 após seu rompimento com o então trotskista SWP norte-americano. O motivo principal do rompimento foi seu apoio à supressão da revolução política dos trabalhadores húngaros pelo exército soviético em 1956. O grupo de Marcy apoiou sucessivamente vários regimes stalinistas e cometeu inúmeras capitulações a líderes stalinistas ao longo da sua história.



Confira também nossos livretos temáticos sobre “Marxismo & Questão Negra” e “Marxismo & Emancipação da Mulher”.

**Acesse e confira:
rr4i.org**